

COORDENAÇÃO

Renee do Ó Souza

AUTORES

Luiz Fernando Rossi Pipino

Renee do Ó Souza



# Direito Penal

PARTE GERAL

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA  
E REFORMULADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 10.01.2022
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
 Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
 Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
 www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.  
 SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

P735d

2. ed.

v. 1

Pipino, Luiz Fernando Rossi

Direito penal: parte geral, vol. 1 / Luiz Fernando Rossi Pipino, Renee do Ó Souza [coordenação]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

464 p.; 14 x 21 cm. (Método essencial)

Continua com: Direito penal – parte especial – vol. 2

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-317-2

1. Direito penal – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Souza, Renee do Ó. II. Título. III. Série.

22-75439

CDU: 343.2(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# Sumário

---

## Capítulo 1

---

Conceitos gerais de Direito Penal .....	1
1.1 Conceito de Direito Penal .....	1
1.2 Classificação do Direito Penal.....	2
1.3 Escolas penais.....	4
1.3.1 Escola clássica .....	5
1.3.2 Escola positiva (positivismo criminológico) .....	6
1.3.3 Escola moderna alemã.....	7
1.3.4 <i>Terza scuola</i> italiana.....	7
1.4 Movimentos do Direito Penal .....	7
1.4.1 Abolicionismo penal .....	8
1.4.2 Garantismo penal .....	9
1.4.3 Lei e ordem .....	9
1.4.4 Análise econômica do crime .....	11
1.4.5 <i>Compliance</i> criminal.....	11
1.4.6 <i>Whistleblower</i> .....	13
1.5 Velocidades do Direito Penal .....	16
1.6 História do Direito Penal brasileiro.....	18

---

## Capítulo 2

---

Princípios informadores do Direito Penal.....	20
2.1 Considerações iniciais.....	20
2.2 Princípios em espécie.....	21
2.2.1 Princípio da legalidade .....	21
2.2.2 Princípio da anterioridade .....	22
2.2.3 Princípio da individualização da pena.....	23
2.2.4 Princípio da alteridade (transcendentalidade).....	23
2.2.5 Princípio da confiança .....	25
2.2.6 Princípio da adequação social .....	25

2.2.7	Princípio da intervenção mínima .....	26
2.2.8	Princípio da proporcionalidade .....	28
2.2.9	Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	28
2.2.10	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico.....	29
2.2.11	Princípio da responsabilidade penal do fato .....	29
2.2.12	Princípio da personalidade.....	30
2.2.13	Princípio da responsabilidade penal subjetiva (ou da culpabilidade) .....	30
2.2.14	Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	31
2.2.15	Princípio da insignificância ou da bagatela.....	31

---

### **Capítulo 3**

---

Fontes do Direito Penal .....	34
3.1 Fontes do Direito Penal .....	34

---

### **Capítulo 4**

---

Teoria Geral da Lei Penal.....	36
4.1 Conceito.....	36
4.2 Classificação.....	36
4.3 Lei penal em branco .....	38
4.4 Características .....	40
4.5 Interpretação.....	40
4.5.1 Considerações iniciais .....	40
4.5.2 Classificação .....	41
4.5.2.1 Quanto à origem (às fontes).....	41
4.5.2.2 Quanto aos meios.....	42
4.5.2.3 Quanto ao resultado .....	42
4.6 Analogia .....	43

---

### **Capítulo 5**

---

Esfera temporal da lei penal .....	46
5.1 Considerações iniciais.....	46
5.2 Conflito de leis penais no tempo.....	47
5.3 Leis penais de vigência temporária .....	51

5.4	Conflito aparente de leis penais .....	52
5.4.1	Princípio da especialidade .....	52
5.4.2	Princípio da subsidiariedade .....	52
5.4.3	Princípio da consunção .....	53
5.4.4	Princípio da alternatividade .....	56

---

## **Capítulo 6**

---

Tempo e lugar do crime.....	57
6.1 Tempo do crime.....	57
6.2 Lugar do crime .....	58

---

## **Capítulo 7**

---

Esfera espacial da lei penal.....	61
7.1 Considerações iniciais.....	61
7.2 Conceito de território brasileiro .....	62
7.3 Extraterritorialidade .....	64
7.4 Pena cumprida no estrangeiro .....	67

---

## **Capítulo 8**

---

Considerações finais a respeito da aplicação da lei penal..	69
8.1 Eficácia da sentença estrangeira .....	69
8.2 Da contagem de prazo.....	71
8.3 Frações não computáveis da pena.....	72
8.4 Legislação especial.....	73

---

## **Capítulo 9**

---

Introdução à teoria geral do crime.....	75
9.1 Introito.....	75
9.2 Conceito de crime.....	75
9.2.1 Definição legal .....	75
9.2.2 Definição dogmática.....	78
9.3 Sujeitos do crime.....	81
9.4 Objetos do crime.....	82

9.5	Elementos do crime.....	83
9.6	Classificação doutrinária dos crimes .....	83
9.6.1	Crimes material, formal e de mera conduta .....	83
9.6.2	Crimes instantâneo, instantâneo de efeito permanente e permanente .....	85
9.6.3	Crimes comum, próprio e de mão própria .....	85
9.6.4	Crimes mono-ofensivo e pluriofensivo .....	86
9.6.5	Crimes monossujeito e plurissujeito .....	87
9.6.6	Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva .....	88
9.6.7	Crimes inexistente e plurissistente.....	89
9.6.8	Crimes de espaço mínimo, plurilocal e de espaço máximo.....	89
9.6.9	Crimes do colarinho branco e do colarinho azul .....	90
9.6.10	Crimes de fato transeunte e de fato permanente.....	91
9.6.11	Crime de ensaio .....	91
9.6.12	Crime vago .....	92
9.6.13	Crime de ímpeto.....	92
9.6.14	Crime de plástico.....	92
9.6.15	Crime parasitário .....	93
9.6.16	Crime famulativo .....	93
9.6.17	Crime de atentado .....	94
9.6.18	Crime a prazo .....	94
9.6.19	Crime de catálogo .....	95
9.6.20	Crime obstáculo.....	96
9.6.21	Crime de mera suspeita .....	96
9.6.22	Crime falho .....	97
9.6.23	Crime liliputiano .....	97
9.6.24	Crime gratuito .....	98
9.6.25	Crime de opinião .....	98
9.6.26	Crime aberrante.....	98
9.6.27	Crime digital ou virtual.....	99
9.6.28	Crime de dano, crime de perigo abstrato e crime de perigo concreto.....	99

---

## Capítulo 10

---

Fato típico .....	101
10.1 Introito.....	101

10.2 Conduta.....	101
10.2.1 Teorias explicativas da conduta .....	101
10.2.1.1 Teoria causalista (naturalista, mecanicista ou clássica) .....	102
10.2.1.2 Teoria finalista da ação .....	103
10.2.1.3 Teoria social da ação (ou da ação socialmente adequada) .....	105
10.2.1.4 Teorias funcionalistas.....	105
10.2.1.5 Teoria da ação significativa.....	106
10.2.2 Hipóteses excludentes de conduta .....	108
10.2.3 Formas de conduta .....	109
10.3 Resultado .....	112
10.4 Nexo de causalidade .....	113
10.4.1 Conceito .....	113
10.4.2 Teorias.....	114
10.4.2.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais ..	114
10.4.2.2 Teoria da causalidade adequada.....	115
10.4.2.3 Teoria da imputação objetiva .....	121
10.5 Tipicidade.....	123
10.5.1 Conceitos gerais .....	123
10.5.2 As fases da tipicidade.....	124
10.5.3 Tipo penal .....	126
10.5.3.1 Considerações gerais .....	126
10.5.3.2 Funções do tipo penal .....	128
10.5.3.3 Classificação do tipo penal.....	128
10.5.3.4 Tipicidade conglobante.....	129

---

## Capítulo 11

Teoria geral do dolo e da culpa.....	131
11.1 Teoria geral do dolo .....	131
11.1.1 Considerações iniciais .....	131
11.1.2 Teorias explicativas .....	131
11.1.3 Espécies de dolo .....	133
11.1.4 Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo .....	139
11.2 Teoria geral da culpa.....	139
11.2.1 Considerações iniciais .....	139
11.2.2 Elementos do crime culposos.....	140

11.2.3	Espécies de culpa .....	144
11.2.4	Causas excludentes da culpa .....	146
11.2.5	Considerações pontuais sobre os crimes culposos .....	146
11.3	Crime preterdoloso (ou preterintencional).....	147

---

## **Capítulo 12**

---

Erro de tipo.....	149
12.1 Erro sobre elementos do tipo (ou erro de tipo essencial) ..	149
12.1.1 Conceito .....	149
12.1.2 Espécies e conseqüências .....	150
12.2 Discriminante putativa por erro de tipo (ou erro de tipo permissivo).....	152
12.2.1 Conceito .....	152
12.2.2 Espécies.....	153
12.2.3 Conseqüência.....	154
12.3 Erro provocado por terceiro .....	155
12.4 Erro de tipo acidental.....	156
12.4.1 Conceito .....	156
12.4.2 Hipóteses .....	156

---

## **Capítulo 13**

---

<i>lter criminis</i> .....	163
13.1 Conceito.....	163
13.2 Fases .....	163
13.2.1 Fase interna .....	163
13.2.2 Fase externa .....	163
13.2.2.1 Preparação .....	164
13.2.2.2 Execução.....	164
13.2.2.3 Consumação .....	166
13.3 Tentativa ( <i>conatus</i> ou crime manco).....	168
13.3.1 Considerações conceituais.....	168
13.3.2 A punição da tentativa .....	170
13.3.3 Classificação da tentativa .....	171
13.3.4 Das infrações penais que não admitem a tentativa.....	172
13.4 “Ponte de Ouro” do Direito Penal .....	175
13.4.1 Considerações conceituais.....	175



13.4.2	Requisitos.....	176
13.4.3	Natureza jurídica .....	178
13.4.4	Considerações conclusivas.....	178
13.5	“Ponte de Prata” do Direito Penal .....	178
13.5.1	Considerações conceituais.....	178
13.5.2	Requisitos.....	179
13.5.3	Critério para a redução da pena.....	183
13.6	Crime impossível (ou tentativa inidônea ou crime oco ou quase crime).....	184

---

## Capítulo 14

---

Antijuridicidade (ilicitude).....	188	
14.1	Conceito.....	188
14.2	Causas de exclusão da ilicitude.....	188
14.3	Estado de necessidade.....	190
14.3.1	Conceito .....	190
14.3.2	Requisitos.....	190
14.3.3	Classificação .....	195
14.4	Legítima defesa.....	196
14.4.1	Conceito .....	196
14.4.2	Requisitos.....	197
14.4.3	Excesso .....	200
14.4.4	Classificação .....	202
14.4.5	Legítima defesa <i>versus</i> estado de necessidade.....	204
14.5	Estrito cumprimento de dever legal.....	205
14.5.1	Conceito .....	205
14.5.2	Requisitos.....	205
14.6	Exercício regular de direito .....	206
14.6.1	Conceito .....	206
14.6.2	Casuísticas .....	207

---

## Capítulo 15

---

Culpabilidade.....	210	
15.1	Conceito.....	210
15.2	Teorias conceituais .....	210
15.2.1	Teoria psicológica.....	210

15.2.2 Teoria normativa (ou psicológico-normativa).....	211
15.2.3 Teoria normativa pura .....	211
15.3 Elementos .....	212
15.4 Imputabilidade .....	212
15.4.1 Conceito .....	212
15.4.2 Causas excludentes da imputabilidade.....	213
15.4.2.1 Menoridade.....	213
15.4.2.2 Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	214
15.4.2.3 Embriaguez acidental completa.....	215
15.4.3 Causas não excludentes da imputabilidade.....	216
15.4.3.1 Semi-imputabilidade .....	217
15.4.3.2 Emoção e paixão.....	217
15.4.3.3 Embriaguez não acidental (completa ou incompleta).....	217
15.4.3.4 Embriaguez acidental incompleta .....	218
15.4.4 Critérios de identificação da inimputabilidade .....	218
15.5 Potencial consciência da ilicitude.....	220
15.5.1 Conceito .....	220
15.5.2 Causa excludente da potencial consciência da ilicitude.....	221
15.5.2.1 Erro de proibição .....	221
15.6 Exigibilidade de conduta diversa .....	224
15.6.1 Conceito .....	224
15.6.2 Causas excludentes da exigibilidade de conduta diversa .....	224
15.6.2.1 Coação moral irresistível.....	225
15.6.2.2 Obediência hierárquica .....	226
15.7 Teoria da coculpabilidade.....	226
15.8 Teoria da coculpabilidade às avessas.....	227

---

## Capítulo 16

Concurso de pessoas (codelinquência).....	229
16.1 Conceito.....	229
16.2 Modalidades (ou formas).....	229
16.2.1 Teorias conceituais.....	229
16.2.2 Autoria.....	232
16.2.2.1 Autoria imediata (ou direta) e autoria mediata (ou indireta).....	232
16.2.2.2 Autoria colateral ou coautoria imprópria .....	234

16.2.2.3	Autoria incerta.....	235
16.2.2.4	Autoria desconhecida.....	235
16.2.2.5	Autoria de escritório.....	236
16.2.3	Participação.....	236
16.2.3.1	Espécies.....	237
16.2.3.2	Natureza jurídica.....	237
16.2.3.3	Participação em cadeia (ou participação mediata) ...	240
16.2.3.4	Participação sucessiva.....	240
16.2.3.5	Participação inócua ou coautoria fracassada.....	240
16.2.3.6	Participação de menor importância.....	241
16.2.3.7	Participação negativa.....	241
16.3	Requisitos.....	242
16.4	Consequência jurídica.....	244
16.5	Cooperação dolosamente distinta.....	246
16.6	Comunicabilidade de elementares e circunstâncias.....	247

---

## **Capítulo 17**

---

Da pena (conceitos introdutórios).....	251	
17.1	Conceito.....	251
17.2	Princípios.....	252
17.3	Finalidades.....	254
17.4	Espécies.....	255

---

## **Capítulo 18**

---

Pena privativa de liberdade.....	256	
18.1	Conceito.....	256
18.2	Espécies.....	256
18.3	Regimes de cumprimento.....	257
18.4	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	261
18.5	Progressão de regime.....	263
18.6	Detração penal.....	268
18.6.1	Conceito.....	268
18.6.2	Competência.....	269
18.6.3	Detração penal versus prisão provisória em processo distinto.....	270

18.6.4 Detração penal em penas restritivas de direitos e de multa.....	270
18.6.5 Detração penal e cômputo do prazo prescricional.....	271

---

## **Capítulo 19**

---

Pena restritiva de direito .....	273
19.1 Conceito.....	273
19.2 Espécies.....	273
19.3 Características .....	274
19.4 Classificação.....	275
19.5 Duração.....	276
19.6 Requisitos para a substituição.....	276
19.7 Regras para a substituição .....	278
19.8 Reversão em pena privativa de liberdade.....	279
19.9 Penas restritivas de direitos em espécie.....	281
19.9.1 Prestação pecuniária .....	281
19.9.2 Perda de bens e valores .....	281
19.9.3 Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.....	282
19.9.4 Interdição temporária de direitos .....	283
19.9.5 Limitação de fim de semana .....	283

---

## **Capítulo 20**

---

Pena de multa.....	284
20.1 Conceito.....	284
20.2 Critério adotado para a pena de multa .....	284
20.3 Aplicação da pena de multa.....	284
20.4 Cumprimento da pena de multa .....	286
20.5 Descumprimento da pena de multa.....	286
20.6 Cumulação de multas.....	288
20.7 Multa <i>versus</i> prestação pecuniária .....	289

---

## **Capítulo 21**

---

Aplicação da pena privativa de liberdade .....	290
21.1 Sistemas de aplicação .....	290

21.2	Regras gerais do sistema trifásico .....	291
21.3	Circunstâncias judiciais (pena-base) .....	293
21.3.1	Culpabilidade.....	293
21.3.2	Antecedentes .....	294
21.3.3	Conduta social .....	295
21.3.4	Personalidade.....	296
21.3.5	Motivos do crime .....	296
21.3.6	Circunstâncias do crime.....	297
21.3.7	Consequências do crime.....	297
21.3.8	Comportamento da vítima .....	298
21.4	Agravantes e atenuantes (pena intermediária).....	299
21.4.1	Agravantes .....	299
21.4.1.1	Reincidência.....	300
21.4.1.2	Ter o agente cometido o crime .....	306
21.4.1.3	Agravantes no caso de concurso de pessoas .....	312
21.4.2	Atenuantes.....	314
21.4.2.1	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença.....	314
21.4.2.2	O desconhecimento da lei .....	315
21.4.2.3	Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral.....	316
21.4.2.4	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano .....	316
21.4.2.5	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima .....	317
21.4.2.6	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.....	319
21.4.2.7	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou .....	320
21.4.2.8	Atenuante inominada .....	320
21.4.3	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes ...	321
21.5	Causas de aumento e de diminuição de pena .....	322
21.5.1	Concurso de causas de aumento e de diminuição.....	323
21.6	Considerações finais.....	325

## **Capítulo 22**

Concurso de crimes .....	326
22.1 Conceito .....	326
22.2 Espécies .....	326
22.3 Concurso material .....	326
22.3.1 Conceito .....	326
22.3.2 Espécies .....	327
22.3.3 Sistema de aplicação da pena .....	328
22.4 Concurso formal .....	328
22.4.1 Conceito .....	328
22.4.2 Espécies .....	329
22.4.3 Sistema de aplicação da pena .....	330
22.5 Crime continuado .....	332
22.5.1 Conceito .....	332
22.5.2 Requisitos .....	333
22.5.3 Classificação .....	335
22.5.4 Sistema de aplicação da pena .....	336
22.5.5 Crime continuado e conflito de leis penais no tempo ...	337
22.6 Multas no concurso de crimes .....	337
22.7 Limite das penas .....	338
22.8 Concurso de infrações .....	339

## **Capítulo 23**

Suspensão condicional da pena (“sursis”) .....	340
23.1 Conceito .....	340
23.2 Sistemas .....	340
23.3 Requisitos legais .....	342
23.4 Espécies .....	344
23.5 Condições .....	345
23.6 Período de prova .....	345
23.7 Revogação .....	346
23.7.1 Causas de revogação obrigatória .....	347
23.7.2 Causas de revogação facultativa .....	348
23.8 Cassação .....	349
23.9 Prorrogação do período de prova .....	350

23.10	Extinção da pena.....	350
23.11	Suspensão condicional da pena (“sursis”) versus suspensão condicional do processo (“sursis” processual).....	351

---

## Capítulo 24

---

Livramento condicional.....	353	
24.1	Conceito.....	353
24.2	Requisitos legais.....	354
24.3	Competência e legitimação .....	357
24.4	Condições.....	357
24.4.1	Condições obrigatórias .....	357
24.4.2	Condições facultativas .....	357
24.5	Revogação .....	358
24.5.1	Causas de revogação obrigatória.....	358
24.5.2	Causas de revogação facultativa.....	359
24.6	Suspensão.....	360
24.7	Prorrogação do período de prova .....	361
24.8	Extinção da pena.....	362

---

## Capítulo 25

---

Efeitos da condenação.....	363	
25.1	Considerações iniciais.....	363
25.2	Classificação.....	364
25.3	Efeitos da condenação.....	366
25.3.1	Efeito principal.....	366
25.3.2	Efeitos secundários.....	366
25.3.2.1	Efeitos secundários de natureza penal .....	366
25.3.2.2	Efeitos secundários de natureza extrapenal.....	366

---

## Capítulo 26

---

Reabilitação.....	373	
26.1	Conceito.....	373
26.2	Requisitos .....	374
26.3	Competência, legitimação e processamento .....	375

26.4 Revogação .....	375
26.5 Reabilitação e reincidência .....	376

---

## **Capítulo 27**

---

Medida de segurança .....	377
27.1 Conceito .....	377
27.2 Periculosidade.....	378
27.3 Espécies.....	379
27.4 Prazo de duração .....	380
27.5 Conversão da medida de segurança restritiva em detentiva ....	381
27.6 Prescrição .....	382
27.7 Extinção da punibilidade .....	382
27.8 Direitos do internado .....	383

---

## **Capítulo 28**

---

Extinção da punibilidade .....	384
28.1 Introito.....	384
28.2 Causas extintivas da punibilidade .....	385
28.2.1 Conceito .....	385
28.2.2 Classificação .....	385
28.2.3 Espécies.....	386
28.2.3.1 Morte do agente .....	386
28.2.3.2 Anistia .....	387
28.2.3.3 Indulto.....	389
28.2.3.4 Graça .....	390
28.2.3.5 Abolitio criminis .....	391
28.2.3.6 Decadência.....	393
28.2.3.7 Perempção .....	394
28.2.3.8 Renúncia .....	394
28.2.3.9 Perdão do ofendido.....	396
28.2.3.10 Retratação do agente.....	398
28.2.3.11 Perdão judicial .....	398
28.2.4 Autonomia .....	399
28.2.5 Causas extintivas da punibilidade versus excusas ab- solutórias.....	400



---

**Capítulo 29**

---

Prescrição penal.....	401
29.1 Conceito.....	401
29.2 Natureza jurídica .....	401
29.3 Espécies.....	402
29.4 Prescrição da pretensão punitiva .....	402
29.4.1 Considerações iniciais .....	402
29.4.2 Termo inicial do prazo prescricional.....	404
29.4.3 Causas suspensivas do prazo prescricional .....	405
29.4.4 Causas interruptivas do prazo prescricional .....	408
29.4.5 Comunicabilidade das causas interruptivas .....	411
29.4.6 Espécies.....	412
29.5 Prescrição da pretensão executória.....	414
29.5.1 Considerações iniciais .....	414
29.5.2 Termo inicial do prazo prescricional.....	415
29.5.3 Causas suspensivas do prazo prescricional .....	417
29.5.4 Causas interruptivas do prazo prescricional .....	418
29.5.5 Incomunicabilidade das causas interruptivas.....	419
29.6 Prescrição das penas restritivas de direito.....	419
29.7 Prescrição da pena de multa .....	419
29.8 Prescrição virtual (em perspectiva, projetada ou antecipada) ..	420
29.9 Prescrição da medida de segurança.....	420
29.10 Prescrição da medida socioeducativa.....	421
29.11 Prescrição e concurso de crimes .....	421

---

**Capítulo 30**

---

Ação penal .....	422
30.1 Conceito.....	422
30.2 Classificação.....	422
30.3 Ação penal pública.....	424
30.3.1 Introito .....	424
30.3.2 Ação penal pública incondicionada (ou plena).....	424
30.3.3 Ação penal pública condicionada (ou semipública).....	425
30.3.3.1 Representação criminal .....	425
30.3.3.2 Requisição do Ministro da Justiça.....	430

30.4 Ação penal privada .....	432
30.4.1 Introito .....	432
30.4.2 Legitimidade .....	432
30.4.3 Espécies .....	434
30.4.4 Prazo .....	436
30.5 Ação penal nos crimes complexos .....	436
Referências .....	440